EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO

DIGNÍSSIMO RELATOR DO RECURSO ESPECIAL N. 1.822.171/SC

SEGUNDA SEÇÃO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tema Repetitivo n. 1.046

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB, serviço público independente dotado de personalidade jurídica, regulamentado pela Lei Federal n. 8.906/94, inscrito no CNPJ sob o n. 33.205.451/0001-14, com sede no Edifício da Ordem dos Advogados, Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, Lote 1, Bloco M, desta Capital, endereço eletrônico *pndp@oab.org.br*, neste ato representado por seu Presidente, **José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, brasileiro**, na qualidade de representante máximo da entidade (art. 55, § 1º, da Lei Federal n. 8.096/94), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados signatários, requerer o julgamento da lide, nos termos da fundamentação a seguir.

A presente demanda foi afetada pela Segunda Seção ao rito dos Recursos Especiais repetitivos em 17 de março de 2020, tendo recebido o número 1046:

> *PROPOSTA DE AFETAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA (CPC, ART. 85, §§ 2º E 8º). NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE CONCENTRADA E VINCULANTE.*
> *1. Delimitação da controvérsia:*
> *1.1. Para os efeitos dos arts. 927 e 1.036 do CPC, propõe-se a afetação do **tema** relativo à:*
> *1.2. "**A possibilidade de fixação de honorários advocatícios com fundamento em juízo de equidade, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015.**"*
> *2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.*

Na sequência, em 24 de novembro de 2020, a Corte Especial afetou ao rito dos Recursos Especiais repetitivos o tema 1076:

> *PROCESSUAL CIVIL. PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ART. 256-I C/C ART. 256-E DO RISTJ, NA REDAÇÃO DA EMENDA REGIMENTAL 24, DE 28/09/2016. ART. 85, § 8º, DO CPC. DEFINIÇÃO DO ALCANCE DO DISPOSITIVO NAS DEMANDAS EM QUE ELEVADOS O VALOR DA CAUSA OU O PROVEITO ECONÔMICO. MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS. PARTICIPAÇÃO DE AMICI CURIAE. ART. 138 DO CPC. DESNECESSIDADE DE DETERMINAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS PROCESSOS QUE VERSEM SOBRE A QUESTÃO. ART. 1.037, INC. II, DO CPC. PROPOSTA DE AFETAÇÃO ACOLHIDA.*
> *1. Delimitação da controvérsia: "Definição do alcance da norma inserta no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil nas causas em que o valor da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados.".*
> *2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I c/c art. 256-E do RISTJ, na redação da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016).*
> *3. Convite à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, à União, ao Colégio Nacional de Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal - CONPEG, ao Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP, e à Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP, para atuação como amici curiae.*
> *4. Afastada a determinação de suspensão nacional dos processos que versem sobre a matéria.*
> *5. Acolhida a proposta de afetação do recurso especial como representativo da controvérsia, para que seja julgado na Corte Especial (afetação conjunta dos Recursos Especiais 1.850.512/SP e 1.877.883/SP).*

No voto que determinou a afetação do tema 1076, o Eminente Relator cuidou em realizar a distinção entre os temas, dada a semelhança existente entre as demandas:

> *(...)*
> *Friso não desconhecer a existência do Tema Repetitivo 1.046, relatado pelo em. Min. Raul Araújo, a versar sobre "A possibilidade de fixação de honorários advocatícios com fundamento em juízo de equidade, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015"*

Entretanto, apesar da aparente identidade entre a matéria debatida no presente feito e aquela abrangida nos paradigmas do mencionado Tema 1.046, tal como pontuado por Sua Excelência, em. Min. Raul Araújo, em decisão proferida em 19/8/2020 na Pet no REsp 1.812.301/SC, ao indeferir o pedido de ingresso como amicus curiae formulado pelo Estado de São Paulo, "o tema da afetação não atinge a sistemática de fixação de honorários contra a fazenda pública, tratada no § 3º do mesmo art. 85 do CPC, matéria, aliás, submetida à competência da eg. Primeira Seção".

Portanto, a questão ora submetida contém a afetação compreendida no Tema Repetitivo 1.046, sendo, além disso, mais abrangente, por tratar da possibilidade de alcance da norma inserta no § 8º do artigo 85 a todas as demandas em que o proveito econômico ou o valor da causa forem elevados, não se restringindo apenas aos casos de direito público ou aos de direito privado.

A propósito, é relevante que a Corte Especial dê tratamento harmônico à matéria, quer figurem na demanda pessoas jurídicas de direito público ou privado, sobretudo quando consideradas a multiplicidade de feitos sobre o tema

Ademais, entendo necessário o pronunciamento da Corte Especial, de forma a privilegiar a segurança jurídica e a concretização do papel constitucional desta Corte Superior de uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, especialmente da legislação processual. (grifos nossos).

Dessa forma, diante do julgamento do Tema 1076 em 16 de março do ano corrente[1], no qual restou determinado que **a apreciação equitativa dos honorários de sucumbência somente seja realizada nas hipóteses do § 8º do artigo 85**, quais sejam, nas causas *"em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo",* o Conselho Federal da OAB requer:

a) A desafetação do presente recurso especial, por perda superveniente do objeto, cancelando-se, ainda, o tema repetitivo 1046;

[1] Proclamação Final de Julgamento: Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andrighi divergindo do Sr. Ministro Relator, no que foi acompanhada pelas Sras. Ministras Maria Isabel Gallotti, Laurita Vaz e Maria Thereza de Assis Moura e pelo Sr. Ministro Herman Benjamin, e os votos dos Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Raul Araújo e João Otávio de Noronha acompanhando o Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, conheceu do recurso especial e deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. (3001)

b) Alternativamente, o julgamento monocrático da presente lide com a devida aplicação do tema 1076 já apreciado por essa Corte;

c) Na impossibilidade de julgamento monocrático da demanda, requer que a discussão seja submetida ao Colegiado.

Requer que seja intimada para os atos judiciais a advogada **Priscilla Lisboa Pereira**, inscrita na OAB/DF n. 39.915, sob pena de nulidade.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 24 de março de 2022.

José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
Presidente do Conselho Federal da OAB
OAB/AM 3.725
OAB/DF 45.240

Marcus Vinicius Furtado Coêlho
Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais
OAB/DF 18.958

Ulisses Rabaneda dos Santos
Procurador-Geral do Conselho Federal da OAB
OAB/MT 8.948/O

Bruna Regina da Silva D. Esteves
OAB/DF 42.981

Verena de Freitas Souza
OAB/DF 32.753